Florianópolis/SC, 18 de novembro de 2019.

Ofício nº 340/2019/PRES/CAUSC

Ao senhor
Marcelo Lanzarin
Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Blumenau

Assunto: Carta aos Vereadores de Blumenau sobre a importância da preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural.

Senhor Vereador,

Cumprimentando-o formalmente e agradecendo a oportunidade, o CAU/SC vem por meio deste apresentar algumas questões relativas a um tema que lhe é muito caro. O patrimônio cultural materializado nas cidades, sob a forma de construções, elementos e estruturas urbanas, e paisagens, mantém vivo o caráter intelectual e cultural de gerações passadas, tornando-se testemunho tangível de períodos pregressos que são dignos de serem preservados para as gerações futuras.

Este patrimônio porta em si mensagens, signos que representam histórias, pessoas, fatos ou ideais do passado, que em algum momento foram reconhecidos pelo tempo e se fizeram permanecer até o presente. Por ser carregado de valores simbólicos, o patrimônio cultural auxilia na construção da identidade dos povos. Ele é o elo que conecta o passado ao futuro. Se o patrimônio se perde, se perdem também as referências de um povo.

As cidades, que até a Revolução Industrial eram produzidas pelos cidadãos, respeitando as pré-existências, tinham um ciclo de renovação lento, e a preservação das edificações, espaços e tradições era algo natural. Contudo, quando a revolução das máquinas permite que esta renovação ocorra de forma rápida e sem controle, as representações do passado parecem não mais servir àquele presente, e passam a ser massivamente destruídas. No Brasil esse processo tem início nas primeiras décadas do século XX. Considerando que a sociedade atual é extremamente dinâmica e o conhecimento se transmite rapidamente e de forma globalizada, determinados aspectos da cultura se tornam obsoletos em um curto intervalo de tempo. Assim, as edificações e até cidades, feitas para durar por décadas ou séculos, encontram-se em constante situação de risco de desaparecimento, mesmo que carreguem em si importantes símbolos da cultura de um povo. Os valores de uso vêm se sobrepondo aos simbólicos que constroem a nossa identidade e nos diferenciam dos demais povos e lugares.

Ocorre que atualmente a preservação do patrimônio cultural é um tema que transcende os usuais conceitos ligados à preservação do passado, relaciona-se na verdade, aqueles ligados aos padrões de qualidade de vida, deixando de ser visto como assunto que se contrapõe ao desenvolvimento e à modernidade. Isto porque o rápido crescimento urbano e a grande concentração da população mundial nas cidades fizeram com que a preocupação com o futuro do planeta passe também pela reflexão urbana. A partir da construção da Nova Agenda Urbana, estabelecida na Agenda 2030 e a divulgação dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável pela ONU, construiu-se um novo olhar sobre os sítios urbanos, inclusive os históricos.

Diante da busca por soluções ambiental e socialmente sustentáveis, negligenciar os sítios urbanos históricos passa a ser um erro estratégico para a construção do futuro, e não apenas um descaso com o passado. Por esse motivo, hoje cunha-se a máxima que não se preserva o passado, trabalha-se com o que precisa fazer parte do futuro. Essa ideia parte do princípio de que o patrimônio, na contemporaneidade, qualifica espaços urbanos, confere valor aos sítios e os tornam únicos. É este diferencial que configura um importante potencial de desenvolvimento sustentável de países, cidades e lugares.

Entre os profissionais atuantes na área de preservação do patrimônio cultural, em especial o patrimônio material, estão os arquitetos e urbanistas. Esses profissionais estão habilitados para trabalhar com o desenvolvimento de políticas públicas de preservação do patrimônio material, na fiscalização, elaboração de projetos e execução de obras de restauração e intervenção em bens culturais (edificações, áreas urbanas ou paisagens). Contudo, atualmente verificam-se lacunas basilares a serem enfrentadas no âmbito da atuação do profissional da arquitetura e do urbanismo, quanto ao exercício profissional consciente e responsável, e à devida comunicação do setor com a sociedade.

A crescente perda de exemplares significativos do Patrimônio Cultural Catarinense, na última década, ocorre devido a uma série de fatores, entre eles destacamos o pouco reconhecimento da sociedade sobre a relevância desse patrimônio e a falta de conhecimento técnico adequado dos profissionais que atuam na área. Existem ainda outros agravantes como: o distanciamento da participação social na defesa e uso do patrimônio a atual carência de legislações adequadas; e a vulnerabilidade institucional encontrada nas estruturas governamentais ligadas à preservação e à gestão do patrimônio cultural. Tais problemas afetam particularmente os bens culturais, pois tornam a sociedade mais vulnerável a falta de solução para esse problema complexo, sujeitando a todos à perda gradativa da memória urbana e da identidade local das nossas cidades.

Para fazer frente a esta problemática, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina vêm realizando uma série de ações importantes. Uma delas foi a incorporação da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU em seu Planejamento Estratégico, desde 2018. Através deste instrumento, identificamos alguns objetivos que se alinham ao objetivo do CAU, de promover arquitetura e urbanismo para todos. Entre os ODS, destacamos o ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis” que propõe que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, nos instigando a repensar a forma como construímos, gerenciamos e vivemos. A meta 11.4 trata especificamente do patrimônio, sugere a importância de “Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”.

Neste sentido, foi criada, por uma ação pioneira do CAU/SC, a Câmara Temática - Cidade: Patrimônio de Todos, que estabelece o Patrimônio como uma das questões centrais a serem enfrentadas pelos profissionais da Arquitetura e Urbanismo e pela sociedade em geral. Esta Câmara Temática vem se reunindo desde e o começo de 2019, e tem promovido uma agenda de ações e eventos que visam ampliar o debate sobre a preservação do patrimônio cultural entre os acadêmicos e profissionais de arquitetura e urbanismo, lideranças políticas e comunitárias locais. Hoje, a partir dos debates desenvolvidos na Câmara Temática de Patrimônio, estamos realizando o Seminário "Cidade: Patrimônio de Todos – as oportunidades e responsabilidades na Preservação do Patrimônio Cultural" ora realizado em Blumenau e deverá ter continuidade em 2020, nas demais regiões do Estado.

A Câmara prevê ainda campanhas institucionais sobre o tema, que já se iniciou em agosto de 2019 com a matéria “Conheça 15 patrimônios arquitetônicos e culturais perdidos em Santa Catarina” (http://www.causc.gov.br/noticias/patrimonios-perdidos-em-santa-catarina/),

além da produção e publicação *online* de textos e artigos que auxiliem estudantes e profissionais da área a exercerem suas atribuições profissionais alinhados às legislações e recomendações nacionais e internacionais já consolidadas.

A expectativa com relação ao Seminário é ampliar o debate que tem sido realizado ao longo desse ano, qual seja, buscar uma forma de comunicação que sensibilize a sociedade em geral, os gestores e demais atores políticos, os professores e os estudantes de arquitetura e urbanismo e até mesmo os nossos colegas arquitetos e urbanistas para reconhecer a relevância da preservação do patrimônio cultural, que por conta de insuficiências mencionadas, e na vulnerabilidade institucional encontrada nas estruturas governamentais e nas ações ligadas à preservação e à gestão do patrimônio cultural, são a causa das perdas da memória urbana e da identidade local. É preciso encontrar uma maneira de mostrar o quanto uma edificação de valor histórico e arquitetônico, ou uma paisagem, ou ainda uma ambiência urbana preservadas, podem ser rentáveis economicamente, além dos valores simbólicos e afetivos que representam.

Sobre o cenário do Patrimônio Histórico em Blumenau, precisamos debater o uso da cidade para que não tenhamos casas vazias. Na lógica que vivemos hoje, a cidade gera resíduos, ambientes que não servem mais são abandonados ou destruídos. Esta lógica é totalmente insustentável. A cidade se constrói com alto impacto ambiental, utiliza-se de recursos que impactam o local da construção e de onde se extrai a matéria-prima. Precisamos divulgar que esses recursos são finitos e ressignificar os espaços para que eles saiam do modo abandonado para o modo otimizado.

Intervenções feitas em nosso centro histórico são estudadas de forma isoladas. Por mais que os estudos considerem todos os patrimônios da área, é preciso fortalecer a visão de conjunto, buscar uma estratégia global. Para se potencializar as possibilidades de conexões; e passar a valorizar as perspectivas históricas, e a presença e aprendizado das pessoas. Os olhos dos usuários estão cada vez mais distantes do espaço público, é preciso reconquistar esse pertencimento.

No caso de Blumenau, consideramos urgente a definição de poligonais de patrimônio nas áreas do Centro Histórico, Vila Itoupava, Bairro Bom Retiro e Usina do Salto/ Ponte, a fim de ampliar a proteção destas áreas e estabelecer estratégias de incentivos e parcerias público/privadas. O Conselho coloca-se à disposição para realizar oficinas que permitam o debate e o mapeamento destas áreas. Reforçamos a importância de que estas poligonais não tenham um caráter de restrição, e sim, que possam potencializar o uso destas áreas pelas pessoas, para que a paisagem urbana esteja mais próxima do dia a dia da população.

O CAU/SC está à disposição para ajudar na ressignificação nossos métodos, nossas narrativas e buscar um caminho de sensibilização e informação para deixar de ver o patrimônio como um castigo e compreender que ele é parte de um legado cultural, que gera impacto ambiental e que precisa ser regenerado e ressignificado por todos.

Agradecemos a atenção e colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Daniela Pareja Garcia Sarmento
Arquiteta e Urbanista
Presidente do CAU/SC